

ENTREVISTA

CELSO AMORIM¹

por Isabel dos Anjos

Isabel dos Anjos: Celso Amorim, é uma satisfação recebê-lo para realizar essa entrevista, que compõe uma parte importante da revista *Perseu* em sua nova edição. Estamos aqui para ouvir suas considerações acerca da política pública de defesa nacional no Brasil, tanto em nossos governos Lula e Dilma como atualmente.

Celso Amorim: É um pouco difícil tratar desse tema de maneira estrutural no momento de perplexidade que estamos todos vivendo agora, mas vou procurar fazer isso. Obviamente defesa é um tema fundamental num mundo de Estados-nação, como o que vivemos. A defesa é fundamental, inclusive, para garantir a paz, como também para o comércio, para o desenvolvimento e outras coisas.

O Brasil é um país enorme, com imensas riquezas naturais, com patrimônios fantásticos como, por exemplo, a Amazônia, atualmente ameaçada por políticas pouco esclarecidas. Temos quase dezessete mil quilômetros de fronteiras com dez países distintos, é o país com o maior litoral atlântico do mundo. Tudo isso, somado às riquezas que tem, são coisas que nos escapam no dia a dia, parecem naturais e normais para nós, mas não são. Para um país com essa extensão e esse número de vizinhos, não ter uma guerra há quase um século e meio também é outra coisa fantástica. Não estou levando em conta a Segunda Guerra Mundial, na qual acabamos envolvidos, mas que não era uma guerra propriamente nossa. Mas, já que eu falei na Segunda Guerra Mundial, eu acho que isso vale para explicar por que a defesa é importante e por que nós temos que estar preparados. É costume se dizer “o Brasil é um país pacífico, não tem inimigos”. É verdade que não temos inimigos, mas isso não quer dizer que não haja alguém cobiçando as nossas riquezas, cobiçando o nosso território. Não podemos excluir a possibilidade de que volte a haver, como houve na Segunda Guerra Mundial, conflitos e tensões que levem alguns países, alguma grande potência, a ter interesse em nossos recursos. O alvo mais óbvio de todos esses recursos é o pré-sal, mas não é o único. A nossa localização geográfica também pode ter influência. Por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, a rota aérea mais percorrida do mundo foi Natal-Dakar, porque era essencial para o abastecimento das tropas norte-americanas no contexto africano-europeu. Além disso, por que os navios brasileiros foram atacados durante o conflito? Porque eles levavam minérios. Na época o Brasil era – e está voltando a ser – produtor de *commodities*. Essas coisas despertam o interesse dos outros.

Em um momento de crise, seja por essas razões que aponte, seja por outras, o Brasil tem que ter a capacidade militar de dissuadir². Daí a importância de ter uma defesa nacional. Quando eu falo defesa, eu falo de defesa mesmo, eu não misturo com a questão da segurança interna. Eu acho que

não é missão das Forças Armadas a segurança interna. Ou não deveria ser. É verdade que a Constituição, no artigo 142, também atribui esse papel às Forças Armadas, mas sempre por solicitação dos poderes constituídos³. Mesmo isso – que está previsto na Constituição – não é bom. Nós mesmos, nos governos do PT, se olharmos para o passado, deveríamos ter um pouquinho de autocrítica nesse aspecto. Acho que deixamos um pouco banalizado [o uso das Forças Armadas para a segurança interna]. Em geral era para atender pedidos de governadores. Seja como for, o uso das Forças Armadas acabou sendo banalizado para o que se chama de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que não é bom. Não é bom inclusive para elas, pois as Forças Armadas existem para defender o país. Para usar os termos da Constituição, existem para “defender a pátria” de possíveis ataques externos.

E de onde podem vir estes ataques? Isso é uma outra questão. Em princípio, o país tem que ter uma política de defesa que garanta a dissuasão. Temos clareza também de que, dos nossos vizinhos, não há de vir uma ameaça – a não ser que sejam utilizados por outras nações –, até porque o tamanho do Brasil e o seu grau de desenvolvimento tornam isso impossível. O que nós temos que ter – e essa foi a política seguida nos governos Lula e Dilma (e no governo Dilma isso foi muito acentuado) – é uma política de cooperação com nossos vizinhos. Na América do Sul deve haver cooperação para dentro e dissuasão para fora. E para fora significa para quem quer que seja, pode ser a potência A ou B, que queira lançar mão dos nossos recursos, ou da nossa vantagem geográfica, digamos assim, ou de qualquer outro fator. Por isso tem que haver defesa.

Isso significa que as nossas Forças Armadas têm que estar bem equipadas. As pessoas às vezes se perguntam: “mas você [um governo progressista] vai incrementar o armamento das Forças Armadas para quê? Para oprimir o povo?” Não, não! Os submarinos de propulsão nuclear não servem para dissolver uma manifestação na Avenida Paulista. Esses equipamentos são para proteger o país, proteger o petróleo, o pré-sal. Cito o submarino nuclear como exemplo porque é o projeto de maior porte que existe até o momento, mas a mesma coisa se aplica aos caças da Força Aérea Brasileira ou aos blindados do Exército, que são recursos para uma eventual – ainda que remota – possibilidade de invasão⁴. Na Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas soube lidar muito bem com essas questões. Os documentos mostram que se ele não tivesse negociado, os Estados Unidos iam tomar o Nordeste de alguma maneira. E não é possível prever como termina uma intervenção externa que começa pela força. Então tudo isso justifica ter proteção para as fronteiras, nosso mar, um sistema de comunicação, satélites, essa estrutura toda. A própria presença do Brasil no mundo exige, por exemplo, um programa espacial forte, e isso justifica uma defesa forte. Uma defesa forte no sentido de proteger o Brasil,

dissuadir os ataques, para termos um desenvolvimento autônomo (autônomo não significa autárquico, porque o mundo de hoje não permite isso).

Para terminar essa primeira parte, é importante entender como um país exerce sua autonomia e sua soberania no mundo de hoje. É através de decisões firmes, de não se submeter a imposições externas – como era a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por exemplo, na área econômica –, mas, ao mesmo tempo, é também através de uma diversificação de parceiros. Essa diversificação de parceiros se justifica no comércio, na política, e, também, na defesa. O Brasil é um país que – exceto a América do Sul, no interior da qual os países são nossos aliados, e de certa maneira também a África, porque são países em desenvolvimento e com os quais temos que ter uma relação especial –, quando se trata das grandes potências, não tem que ter uma aliança privilegiada com ninguém. Certamente nosso comportamento deve ser o contrário dessa subalternidade que está havendo agora⁵. Mas, também, não é para se trocar Estados Unidos pela China ou pela Rússia. É para se ter uma autonomia, e a autonomia se dá pela diversidade [de parcerias].

Isabel dos Anjos: Nesse sentido, a defesa não pode ser pensada, na maneira como o senhor tem colocado, fora da geopolítica mundial, apartada da questão da política externa?

Celso Amorim: Não. Eu até usei a expressão “a Grande Estratégia” – não a inventei, obviamente, mas mudei um pouquinho o sentido usado na academia, nos países desenvolvidos. Publiquei um livro chamado: *A Grande Estratégia do Brasil*⁶, justamente para mostrar como os objetivos de política externa e os objetivos de defesa se casam. O Brasil tem, efetivamente, e exerce – quer dizer, exerceu, estou falando não só dos governos Lula e Dilma, nos quais isso melhorou e se intensificou muito, mas mesmo nos anteriores – o chamado *soft power*⁷, ou “poder brando”, uma aceitabilidade internacional que poucos países têm. Eu testemunhei isso inúmeras vezes. E me vali disso, quando Ministro das Relações Exteriores.

No entanto, o *soft power* tem limites. Chega um ponto em que você tem que estar capacitado a se defender. Nós sofremos ataques, por exemplo, cibernéticos, durante o governo Dilma [a espionagem denunciada por Snowden⁸]. Essa é uma área na qual o país tem que se desenvolver, investir. Não adianta pensar que um outro país vai fornecer esta tecnologia. O Brasil pode utilizar um pouquinho de conhecimento daqui e dali, mas tem que mudar o *software* etc. Cada país tem que ser capaz de criar o seu escudo contra ataques externos. E de quê adianta ter um escudo se quem tem a chave da porta é o outro? Essa se tornou mais uma questão fundamental no âmbito da defesa no mundo de hoje.

Acredito que tenha ficado clara a importância de o país ter sua política de defesa. Nesse sentido, foi muito importante a elaboração da *Estratégia Nacional de Defesa*, aprovada em 2008 no governo Lula, e de cuja revisão eu participei em 2012. [Essa versão revista] foi aprovada pelo Congresso Nacional. Esse exercício nunca tinha sido feito antes. Existia uma estratégia implícita, na mentalidade militar, com os pressupostos anteriores, da Guerra Fria, ou as hipóteses de guerra com os nossos vizinhos. A *Estratégia Nacional de Defesa*, construída pelo poder executivo, com o aval do Congresso, foi de extrema importância para o país. Mesmo hoje ela é citada, de vez quando, inclusive por algum militar que chefia um departamento e a utiliza para justificar certos projetos. Os objetivos e conceitos traçados na *Estratégia Nacional de Defesa* são casados com os objetivos da política externa. Eles se fortalecem mutuamente. [Como indiquei,] é possível valer-se do *soft power*, mas só até certo ponto. Numa situação como aquela que eu mencionei, da Segunda Guerra Mundial, o poder brando não vai adiantar. Você tem que ser capaz de dizer: “Se você vier aqui, você vai sofrer”. Qual é a essência da dissuasão? Só pra terminar com esse raciocínio: no senso comum é recorrente a ideia de que “se tiver uma guerra com os Estados Unidos, ou com a China, ou com não sei quem, [o Brasil] vai perder.” Mas não é disso que se trata. O mundo de hoje é diferente do que foi até o final do século XIX, ou até meados do século XX. Hoje há a transmissão imediata das imagens. A tolerância para a perda de vidas humanas é muito menor, [e a repercussão é muito grande]. O país tem que ter a capacidade de causar um dano que seja suficiente para o oponente pensar: “isso aqui [determinada ação militar] vai me custar trinta vidas, quarenta vidas, cinquenta vidas, cem vidas, mil vidas? E mil vidas podem me custar a eleição”. Estou simplificando as coisas, mas a verdade é essa. Não é indispensável que o país tenha a capacidade de ganhar uma guerra, se for a guerra contra o país A ou B ou C. Não é isso. O país tem que ter a capacidade de causar um dano importante. E é essa capacidade que funcionará como dissuasão – ou, como se diz em inglês, *deterrence* – em relação a qualquer ataque.

Isabel dos Anjos: Como o senhor avalia hoje essa estratégia, e suas implicações para a soberania nacional?

Celso Amorim: Hoje há uma visão totalmente equivocada. Voltou-se a uma concepção que prevaleceu durante a ditadura militar, [muito voltada para a segurança interna]. Para piorar, há que se considerar uma diferença de momento histórico. A ditadura militar se deu no contexto da Guerra Fria. Hoje acabamos de ouvir o discurso do presidente Bolsonaro nas Nações Unidas. É uma coisa impressionante! Ele fala em socialismo, intervenção externa [para “subverter” a ordem]! Que intervenção externa? É Cuba que está

dominando o mundo? A Venezuela, de Maduro? O discurso dele não tem cabimento! Esse discurso, da maneira que era feito durante a ditadura, a rigor nunca teve cabimento, mas pelo menos no tempo da União Soviética havia um poder que você até podia admitir como importante. Hoje? É uma coisa totalmente absurda. Em vez de o governo se ocupar em preservar a Embraer, preservar a Petrobras, preservar o petróleo, preservar as riquezas do país, preservar a energia, Eletrobras, preservar o nosso programa nuclear e tudo o mais⁹, ele evoca a soberania para “derrotar o socialismo”. Não sei o que eles querem dizer com isso, não entendo. Então, dentro desse contexto, não há uma visão estratégica de defesa. O que resta oficialmente é a *Estratégia Nacional de Defesa*, que foi aprovada e não foi revogada. Como já disse, até tive uma surpresa positiva ao ver um diretor de departamento citar o documento. É uma referência para a aquisição de certos armamentos. Se as Forças Armadas não tiverem a clareza de que é preciso diversificar seus parceiros, não basta ter armamentos. A gente pode acabar se enchendo de sucata norte-americana, como aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial – sucata ou coisas que já não são mais de última linha –, o país vai ficar totalmente dependente. Estará apenas consolidando uma posição subalterna, que não é compatível com a nossa dimensão. A *Estratégia Nacional de Defesa* foi pensada por um país que é autônomo e que quer ser autônomo. Reconhecendo, naturalmente, que há uma interdependência entre as nações no mundo.

Isabel dos Anjos: Ou seja, mais uma vez reforça essa relação de uma política internacional com a própria Estratégia de Defesa.

Celso Amorim: Sem dúvida. Não dá para ter uma sem a outra. O país não sobreviveria. Não saberia nem de quem ou de que circunstância estaria se defendendo.

Isabel dos Anjos: E quais são os principais aspectos que o senhor apresenta com relação a essa “grande estratégia” que o Brasil teve na sua política internacional?

Celso Amorim: Olhando conjuntamente nossa política internacional com a política de defesa, é de se destacar em primeiro lugar que foi estabelecida ou reforçada uma relação de amizade real com os nossos vizinhos. Sabendo até que era necessário ajudar os mais vulneráveis, vamos dizer assim, como era o caso da Bolívia e do Paraguai naquela época. De lá para cá houve mudanças, a Bolívia, por exemplo, cresceu muito e teve um período de grande estabilidade depois disso. Defendemos os interesses nacionais, mas sabendo que o país não podia ter uma projeção global e, ao mesmo tempo, um “calcanhar de Aquiles”, uma briga sem fim – que arrisca recomeçar – com relação a

Itaipu e o Paraguai, ou com o gás [natural] da Bolívia. As pessoas criticavam muito nossa atitude com o Evo Morales, como se ele tivesse privilégio. Mas o fato é o seguinte: nunca faltou uma molécula de gás no Brasil, o aumento no preço, quando ocorreu, foi pequeno. E isso numa época de crescimento importante. Diferentemente do que aconteceu na Europa, por exemplo, onde, em função das brigas da Rússia com a Ucrânia, acabou faltando gás em pleno inverno em certos países. No fundo, manter essa relação de amizade também era defender o interesse nacional. É necessário saber tratar os vizinhos de maneira não arrogante.

A integração sul-americana é um aspecto, o Atlântico-sul é outro. Nos interessa um Atlântico-sul pacífico, sem armas nucleares. O Brasil defende essa posição na Organização das Nações Unidas (ONU) desde o governo Sarney [1985-1990]. Não sei como vai ser agora. Os governos Lula e Dilma reforçaram muito essa atitude pacifista. E também procuraram ter uma relação diversificada com outros países em desenvolvimento, como a relação com Índia, Brasil, África do Sul, que constituiu o IBAS, depois os BRICS [incluindo Rússia e China], a relação com os países árabes, sem nunca brigar com Israel. Às vezes se difunde essa ideia falsa, inclusive, de não termos tido relação com Israel, mas o primeiro presidente brasileiro a visitar Israel foi o Lula [em 2010]. Procurávamos também ter boas relações com os Estados Unidos e com a União Europeia, e assim por diante.

Estou desviando um pouco para a questão da política externa, mas é porque isso tem um reflexo na parte da defesa. O Brasil, durante muito tempo ainda, mesmo que desenvolva tecnologia própria, vai ser um pouco dependente de tecnologia estrangeira. A gente tem que tratar de se apropriar dela. O Brasil não saberia construir um submarino nuclear, por exemplo. A energia nuclear é produto da tecnologia e da pesquisa brasileira, programa da Marinha. Desenvolvemos a capacidade de enriquecimento de urânio. Mas o submarino nuclear não é a mesma coisa que um submarino convencional. Ele fica muito mais tempo debaixo d'água, se desloca mais rápido etc. Necessita de uma tecnologia específica, e isso nós não tínhamos, nem poderíamos desenvolver. Por isso o programa com a França.

Também não temos ainda capacidade de construir caças de quarta ou quinta geração. Fizemos um programa com a Suécia, com transferência de tecnologia. A Suécia, embora seja um país do ocidente, como a França, não é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Então tem um pouco mais de flexibilidade. Ao mesmo tempo, já tínhamos o programa de satélites, na área científica, com a China, por exemplo. Não se pode “colocar todos os ovos numa mesma cesta”, como se diz, até mesmo para poder extrair de cada um [dos nossos parceiros] o que eles têm de melhor, garan-

tindo nossa autonomia. Isso não é fácil. É necessário cuidar dessas relações. Por exemplo, no caso dos russos, não é que os russos sejam “bonzinhos” e estejam dispostos a nos entregar a tecnologia. Ao contrário, quando a gente começou a discutir [com a Rússia] a artilharia antiaérea, sustentando que nós queríamos que a tecnologia fosse transferida para podermos produzir no Brasil, eles tinham uma grande dificuldade de entender. Para eles não existia essa possibilidade, eles queriam vender, como eles fazem com a maioria dos países com quem eles trabalham. Com os helicópteros da Rússia também tivemos a mesma questão. Aos poucos foram compreendendo.

Isso tudo exige negociação, e exige uma compreensão global. Hoje em dia eu não vejo ocorrer essa compreensão. Eu mencionei o discurso do presidente Bolsonaro na ONU, mas há outras questões. Atualmente não há raciocínios, há impulsos. As *fake news* atuam no sentido de promover um impulso emocional, não suscitar um raciocínio. Não há um discurso lógico. Falar que o socialismo hoje é um inimigo é um descalabro! Não é um problema de gostar ou não gostar. Não existe! Estão falando de um mundo imaginário. E tem também o fanatismo religioso misturado com isso tudo. Acho que o melhor que pode acontecer, no futuro imediato, é que fiquem na retórica, não mexam muito na realidade. Mas os programas já estão sofrendo muito. Tem uma coisa que está ocorrendo que tenho que mencionar: o maior programa de equipamento militar no Brasil é o submarino nuclear, realizado com a França, país que hoje é constantemente atacado, foi atacado de novo na ONU. [O projeto do submarino] é um caso de transferência de tecnologia, e, como nos demais mencionados, tem que se trabalhar [com quem fornece a tecnologia] no dia a dia. Isso tudo é muito preocupante. Vamos esperar que pelo menos não se agrave muito a situação desses programas. Alguns já foram abandonados, como o da artilharia antiaérea com a Rússia, que não teve seguimento já no governo Temer, em 2017.

Isabel dos Anjos: Quando o senhor menciona esse antagonismo entre raciocínio e impulso, em que um trata de promover uma reação numa lógica de absurdos, sem planejamento, diretriz ou tampouco um norte a ser traçado, é importante destacar que essas relações da política externa estão imbricadas com relações diplomáticas que o Brasil foi estabelecendo. Tem relações que não são efêmeras, nem se estabelecem de pronto, não é? A partir disso e da sua experiência, o senhor poderia falar um pouco mais sobre isso?

Celso Amorim: A gente critica muito os militares por causa de certos posicionamentos, ou por ausência de posicionamento em alguns casos, mas a verdade é que eles próprios reconhecem – qualquer documento militar que discuta temas ligados à defesa reconhece –, entre outras coisas, que a política

de defesa deve contribuir para a realização dos objetivos da política externa brasileira. Eles têm essa visão. Por exemplo, os militares defendem que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que é um objetivo [de política externa] defendido por vários governos. Estes objetivos [de política externa e de defesa] estão casados e precisam andar juntos. Até porque fica mais barato. Ter uma política de integração na América do Sul, de cooperação efetiva, em que o Brasil esteja ajudando o desenvolvimento dos países, é vantajoso sob vários aspectos. Se olharmos de um ângulo comercial, estaremos criando mercado para os nossos produtos, ou para os nossos investimentos. Mas não só isso: também estaremos nos poupando de ter que gastar dinheiro com conflitos locais que não interessam.

Para falar um pouco da própria *Estratégia Nacional de Defesa*, menciono algo que já havia no documento original de 2008, e que foi mantido na revisão de 2012: as áreas prioritárias. São selecionadas três áreas como especialmente importantes: a nuclear, a espacial e a cibernética. Quem não dominar essas tecnologias no mundo de hoje não tem condição [de se defender adequadamente]. Não adianta multiplicar o número de homens ou mulheres armados, isso não vai resolver.

Outro aspecto que eu queria destacar é que o Brasil, ao contrário do que se diz, gasta muito pouco com a defesa. Talvez gaste mal, é algo a se avaliar, isso seria uma segunda discussão que também precisa ser feita. Mas fato é que o Brasil, hoje – ou no meu tempo –, gasta mais ou menos 1,4 ou 1,5% do PIB em defesa. Se você comparar com a média dos outros BRICS, que são países comparáveis – incluindo até a África do Sul, que é um país menor e gasta bem menos –, o gasto médio é de 2,5%. Alguns chegam a gastar 4%. O Brasil, por não estar em uma área de conflito, talvez possa se dar ao luxo de gastar um pouco menos, mas 1,5% é muito pouco. O que eu falava sempre, mas que não figurou nos documentos como norma, é que o nosso objetivo no Brasil deveria ser chegar a 2% do PIB. É uma mentira dizer que os governos do PT não se preocuparam com a defesa. Ao contrário, a curva de investimentos subiu enormemente nos governos do PT, chegou ao auge em 2010, e se manteve até 2013, em 2014 caiu um pouco, mas não muito. E o percentual do investimento no conjunto dos gastos também aumentou constantemente. Apesar de ter muito gasto com pessoal, ainda. E isso inclui pensões etc.

O Brasil é um país pacífico, nós queremos que assim permaneça. Diria até mais, o Brasil é também um provedor de paz, pois ajuda na negociação, eventualmente, e com a presença de forças brasileiras em missões de paz na ONU. O Brasil sempre se encarou dessa maneira e é uma coisa da qual se orgulha. Eu não estou falando só de hoje: o Brasil mandou tropas para Suez, nos anos 1950. Sempre houve essa percepção do Brasil pacífico e provedor de

paz. Mas não pode deixar de cuidar da sua defesa. Não se pode confiar que os outros países [especialmente as grandes potências] vão pensar “ah, não vamos atacar o Brasil porque ele é pacífico”. Não existe isso não, se eles estiverem interessados [por qualquer motivo], eles poderão vir.

O país tem que ter, e isso custa, uma defesa autônoma. Precisa de um programa na cibernética que garanta o mínimo de proteção. Ninguém terá segurança hoje em dia sem um programa mínimo nessa área. No governo Dilma, por exemplo, depois do escândalo do vazamento do Snowden (quer dizer, o escândalo não é o vazamento, e sim a espionagem), houve um decreto, eu fui um dos que assinou, coordenado pela presidência, em que se estipulava que no Brasil as comunicações entre os ministérios tinham que ser feitas apenas com *softwares* desenvolvidos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O Serpro é uma empresa do governo, e querem privatizar agora¹⁰. Isso é uma coisa absurda, mas este é outro detalhe. O Serpro tinha uma tecnologia bem desenvolvida, baseada em *software* livre, portanto, sem o que é conhecido como *backdoor*, uma porta dos fundos pela qual o país pode ser espionado. Ao que parece, essa política foi abandonada.

É necessário um investimento muito grande nessas novas áreas, a cibernética e a espacial. O caminho que está sendo adotado é totalmente diferente. Nesse ponto, os militares sabiam que era importante para o Brasil ter uma projeção na área espacial. Não há um país que seja candidato a membro permanente do CSNU, ou que já seja membro permanente, que não tenha um programa espacial forte e autônomo, inclusive com lançador de satélites. Eu me lembro de haver participado de uma primeira missão [com o então ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia] à China em 1986, no governo de José Sarney. Já naquela época foi discutido um acordo [para a construção e lançamento de satélites]. O ministro Renato Archer era um homem muito progressista, e já tinha participado antes [de iniciativas na área nuclear]; ajudou a criar a Frente Ampla [contra a ditadura] etc. Nessa época nem se pensava na Índia, o Brasil estava muito mais avançado do que a Índia. Hoje a Índia está enviando foguete a Marte, e nós ficamos atrasados nesse setor. Tem que ficar claro também que isso é algo que o Estado deve fazer. Não tem empresa privada que faça. A mesma coisa em relação à cibernética. À área nuclear, então, nem tem o que falar.

Isabel dos Anjos: Qual é o principal legado que fica dessa relação da política externa e da Estratégia de Defesa pro Brasil enquanto uma política pública? O senhor poderia comentar? Gostaria também de ouvir as suas percepções acerca de uma referência fundamental que é o *Livro Branco de Defesa*, do qual o senhor participou diretamente da elaboração, e que marca a história da defesa nacional.

Celso Amorim: Ainda antes da minha gestão ficou decidido que deveria ser feito o *Livro Branco de Defesa Nacional*. A *Estratégia Nacional de Defesa* foi elaborada, na sua primeira versão, em 2008, no governo Lula. À época, eu era ministro do Exterior. Temos que reconhecer o trabalho do Ministro Nelson Jobim, do Roberto Mangabeira Unger, que também participou, depois o Samuel Pinheiro Guimarães, e as demais pessoas que participaram disso, além, é claro, dos militares. Na minha gestão, eu me dediquei de modo muito especial à elaboração do *Livro Branco*. O objetivo primordial dele não era traçar uma nova política, mas sim dar transparência ao que estava sendo feito. Ao dar transparência, permitiu também “clarificar” os conceitos, como o casamento com a política externa, a visão geopolítica no mundo, a visão geoestratégica, simplificando um pouco.

O *Livro Branco* permitiu que se fizesse isso. O objetivo principal é esse, ser transparente. Deixar claro, inclusive para os nossos vizinhos, que o Brasil não tem nenhuma preocupação ofensiva, ou seja, mostrar que não pensamos na defesa em termos de hipótese de conflito, mas mais em termos de capacidade. Você tem que estar capacitado a enfrentar uma ameaça, venha ela de onde vier.

Toda essa elaboração é um legado dos governos petistas. Outro legado importante é o legado conceitual. Está na própria *Estratégia Nacional de Defesa*, com a ênfase na dissuasão [para fora da região] e na cooperação/integração da América do Sul, e mesmo o embrião de uma indústria sul-americana de defesa. Eu acredito que isso tudo tenha ficado parado, especialmente com o abandono da União das Nações Sul-americanas (UNASUL). Houve projetos, por exemplo, de fazer *drones* junto com a Argentina, aberto a outros países da região. Também um avião de treinamento sul-americano. Houve ainda uma ideia de produzir navios fluviais, ou lanchas de combate, com a Colômbia, o Peru, para desenvolver as nossas capacidades em termos de cooperação. Você não pode só vender. O Brasil vendia os supertucanos da Embraer para a Colômbia (para a Venezuela, os norte-americanos, que detêm algumas das tecnologias do avião, não nos deixaram vender, o que é uma lição para essas negociações da Embraer com a Boeing). Enfim, isso é uma outra questão. A Colômbia comprou oito supertucanos brasileiros, então na hora de comprar lancha para a proteção [dos nossos rios], decidimos adquirir da Colômbia. Ao contrário do que se tem dito, sem nenhuma conotação ideológica. A Colômbia era governada pelo Juan Manuel Santos, que fora ministro da defesa do Uribe. Era um governo de centro, na melhor das hipóteses, senão de direita.

Mas voltando à questão das relações, essa questão da defesa antiaérea com a Rússia, por exemplo, não foi pensada para substituir uma dependência com relação aos Estados Unidos por uma dependência com relação à Rússia.

Ao contrário, é para diversificar. O problema com os Estados Unidos, em geral, é que eles não cedem a tecnologia, não vendem, inclusive. Isso nos obriga a procurar outros parceiros, mas sempre que eles queiram, e que possam, também vamos cooperar com eles, como cooperamos com países europeus.

A visão conceitual da *Estratégia Nacional de Defesa* é a seleção das áreas prioritárias para investimento, com ênfase na dissuasão e na cooperação aqui na região. A área que a gente não investiu o suficiente, podíamos ter investido mais, foi a espacial. Obter tecnologia para o foguete lançador, principalmente, sempre foi algo restrito. E agora ficou ainda mais restrito com esse acordo que foi assinado sobre Alcântara¹¹. Nada proíbe, por exemplo, a China e a Rússia de transferirem alguma tecnologia para nós. Mas esse acordo sobre Alcântara com os Estados Unidos nos obriga a ter acordos parecidos com os demais países, que também venham a fazer lançamentos. E aí [no setor espacial] tem um problema de restrição tecnológica importante, e um problema de recursos. Nós avançamos em todas as outras áreas, inclusive na área cibernética.

Foi criado o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do Exército já no governo Dilma, em 2012, quando eu estava no Ministério. E começou a haver um investimento significativo. Claro que se você comparar com as necessidades de um país desenvolvido, é muito pouco, mas já era alguma coisa. Não era apenas um traço no orçamento, era um pontinho que estava crescendo. Teria que se investir muito mais, tem que ser um trabalho coordenado, porque essas coisas não podem ser feitas somente na defesa. Por isso é importante manter o Serpro, que é uma empresa estratégica do governo, na mão do Estado. Não se vai conseguir desenvolver toda a tecnologia no Exército. A Defesa tem que se valer um pouco do conhecimento civil. Tanto civis se valem da tecnologia militar quanto os militares da tecnologia civil, essas coisas exigem uma certa integração, uma integração produtiva. Por essa razão (entre outras) certas empresas estatais são de grande importância, mesmo que não sejam diretamente da Defesa.

Eu vejo dessa maneira: há um legado na parte conceitual da defesa, e os investimentos também aumentaram muito. Nós resolvemos vários problemas na área. Por exemplo, a presidenta Dilma sancionou uma lei que visava eliminar uma desvantagem fiscal do produtor brasileiro para a produção de equipamentos importantes para a Defesa.

A necessidade de investimentos na área da Defesa é um tema difícil. Eu mesmo, como cidadão, posso pensar: “O povo brasileiro ainda está tão pobre, sofrendo tanto, precisando de tanta escola, precisando de tanta saúde, o Estado vai investir em defesa?”. Mas a verdade é que o governo precisa investir. Um país do tamanho do Brasil não pode se dar ao luxo de não ter uma defesa compatível com as necessidades e os riscos.

Voltando ao ponto inicial, é importante fixar essa ideia: nós não podemos imaginar que vai ser sempre um mar de rosas à nossa volta. Não. Você pode ver o que os Estados Unidos fizeram quando se descobriu o pré-sal. Reativaram a Quarta Frota¹². Talvez não fosse para nos atacar diretamente, mas está ali. Se acontecer, no futuro, uma tensão maior entre eles e a China, a Índia, ou entre eles e a Rússia, os EUA vão querer interferir nessa relação. E vice-versa. Quando se pensa em defesa, não se pode pensar nos próximos quatro ou cinco anos. Tem que se pensar nos próximos cinquenta anos. Ainda que isso seja difícil. Então, nesse sentido, nos nossos governos houve muito investimento, eu poderia citar vários exemplos, o submarino nuclear é um, a compra dos caças com transferência de tecnologia e de produção para o Brasil é outro. A nova geração de blindados feitos perto de Belo Horizonte, em Sete Lagoas, os Blindados Guarani, é outro exemplo. Mas há muitos outros projetos. Tem o caso desse transportador de tropas e veículos, que é o que vai substituir o velho Hércules, o KC-390¹³. Enfim, houve muito investimento, eu acho que esse é o legado. Ênfase no investimento, na melhoria do padrão produtivo e tecnológico, não tanto no aumento de contingente.

Eu acho que nós – eu e meus antecessores no governo Lula – conseguimos algumas outras mudanças. Por exemplo, começamos a deslocar tropas do sul – porque a hipótese de guerra com a Argentina não tem nenhum fundamento. Espero que se mantenha assim, que não haja agressões verbais nem outras. Deslocamos contingente para a Amazônia, que era muito desprotegida. Tudo isso começou, mas precisa ser desenvolvido. Durante o governo da presidenta Dilma foi criada a Operação Ágata¹⁴, que era um conjunto de ações de fronteira, com observação ou mesmo participação dos países vizinhos.

Então acho que nós deixamos um legado conceitual que está consubstanciado na *Estratégia Nacional de Defesa* e suas revisões. Além dela, foram aprovados mais dois documentos importantes: uma nova versão da *Política Nacional de Defesa* e o *Livro Branco de Defesa Nacional*. Ainda no governo da presidenta Dilma, mas já no período seguinte, houve outras versões, não sei se foram ao Congresso. Isso é importante porque a aprovação pelo Congresso significa uma adesão da nação a essa visão que eu referi brevemente e a estes investimentos que foram muito apoiados pelos governos do PT.

Isabel dos Anjos: Para encerrarmos a nossa entrevista, gostaríamos de ouvir suas considerações finais.

Celso Amorim: Bem, primeiro eu destaco a visão de Brasil que impulsionamos. Tem uma frase do De Gaulle, em suas memórias, que diz assim: “Eu tinha uma certa visão da França”¹⁵. Eu acho que o governo Lula e o governo Dilma tinham “uma certa visão” de Brasil. Uma visão de um país internamente mais justo, menos desigual do que foi historicamente, e em

paz com seus vizinhos, trabalhando com eles numa base de solidariedade. Isso sem descuidar, evidentemente, do nosso interesse. E trabalhando com os demais países do mundo de uma forma que favorecesse a diversidade de parcerias, ou, se quiser usar um termo muito utilizado na política internacional, na base da “multipolaridade”. O Brasil procurou se valer da multipolaridade e favorecê-la, para o seu próprio desenvolvimento, exercitando parcerias. Ao agir de uma determinada forma, ou ao ajudar a criar os BRICS, a ter uma associação especial com a África e com os países árabes, o Brasil estava criando todo um novo modelo. Eu me lembro de quando nós fizemos aqui a primeira reunião da América do Sul com os países árabes. À época, eu falei, talvez com um certo exagero, estamos movendo “as placas tectônicas no mundo”, pois aquilo que estávamos fazendo não estava no programa: ter uma reunião entre a América do Sul e os países árabes! A Secretária de Estado Condoleezza Rice me pediu “os Estados Unidos podem observar?”. Eu falei, “Podem, vai ser público, é só ligar a televisão e observar”. Na época, era difícil entender que o Brasil tomasse a frente dessa integração, e sempre desenvolvendo as ações junto com a América do Sul. Mesmo os BRICS, imaginamos formas de abrir para a Argentina e para outros países. Não chegou a se concretizar, mas é uma “certa visão” de Brasil, um Brasil que não tem que se curvar aos Estados Unidos e a nenhum outro país. Também não tem que brigar necessariamente. Só briga quando discorda, como, por exemplo com relação à Alca, que nós não queríamos. Ao mesmo tempo, o Brasil continuou a cooperar com os Estados Unidos. Eu recebi o secretário de Defesa dos Estados Unidos aqui, e seguimos comprando muito material norte-americano. Mas também comprávamos, de preferência com transferência de tecnologia, de outros países. Isso era uma “certa visão” de Brasil. Essa visão supunha também não permitir que houvesse desconfiança dos nossos vizinhos com relação aos objetivos do Brasil. Isso não é nada simples. Tem que trazer gente aqui, tem que ir lá, exige muito diálogo. Isso é uma coisa extraordinária, criamos essa visão conceitualmente. A de que a América do Sul é uma área de cooperação e segurança, em que o risco de guerra estava sendo banido. Pode até ser que a gente recupere isso mais tarde: o Conselho de Defesa Sul-americano, por exemplo. Defesa aqui, nesta região, sempre foi pensada em termos hemisféricos, que é a maneira como os Estados Unidos definem a questão. Nós quebramos um paradigma ao criar o Conselho Sul-Americano de Defesa e a Escola Sul-americana de Defesa. Foi um enorme passo, que agora está retrocedendo. Infelizmente, estão tentando ressuscitar esse Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que é uma excrescência, que sobreviveu ao fim da Guerra Fria. Acabaram de adotar uma resolução contra a Venezuela. Felizmente, não é o uso da força, mas a porta fica entreaberta, porque se diz que a Venezuela pode ser uma “ameaça à paz”.

Nós tentamos fortalecer a América do Sul, e a América Latina, e a África, o Atlântico Sul. Isso é muito importante ter presente, para qualquer governo, não precisa nem ser de esquerda, um governo razoavelmente progressista, nacionalista no bom sentido, e não nesse sentido falsificado, como está sendo usado hoje. É muito importante que se tenha uma visão correta de soberania nacional, que significa defender o nosso petróleo, a nossa criatividade, defender a Embraer etc. É o que não está sendo feito. Soberania não é você se opor à normatividade internacional, visão que está prevalecendo atualmente neste governo, como vimos no discurso do presidente na ONU e em inúmeras ações e falas sobre o clima, sobre os direitos humanos, gênero etc. Este governo quer que o Brasil seja soberano para praticar as barbaridades que quiser internamente, em detrimento do seu povo, e em detrimento do mundo, pois não temos como ignorar que a Amazônia afeta o mundo inteiro. Então, a visão correta da soberania, não ignora as normas multilaterais, mas é voltada para a proteção das nossas riquezas materiais ou intelectuais, juntamente com essa percepção de um mundo multipolar. É uma “certa visão” de Brasil e uma “certa visão” de mundo.

O mundo vai mudando e a gente tem que ter capacidade de adaptar os conceitos. Por exemplo, quando nós começamos no governo federal, a China não era ainda – podia se prever, mas não era ainda – a superpotência que ela é hoje, É necessário readequar constantemente esta visão, mas sempre dentro da concepção de um mundo multipolar, sem subordinar nossa política externa ou de defesa a quem quer que seja. O presidente Lula e a presidenta Dilma tiveram essa noção, de maneira muito clara. Investiram muito na defesa, mas temos que investir mais. É importante que o povo brasileiro perceba isso, e sempre com a ideia voltada para a defesa do país em relação a possíveis ameaças de fora, e não para a segurança interna. Não sei como resolver os problemas da segurança, que são gravíssimos, mas acho que não é bom que as Forças Armadas, como tais, estejam envolvidas na segurança pública. Isso é uma distorção perigosa. Porque não só não é vocação direta delas, como também acaba levando à percepção de uma certa “compensação”. Como o Brasil não tem, imediatamente, uma guerra externa para ocupar os militares, muitos deles acham que devem se dedicar à segurança interna. Isso foi ensaiado naquela intervenção no Rio de Janeiro. As pessoas comparavam, “ah, mas sempre houve GLO”. Até já disse que é preciso fazer uma certa autocrítica da GLO nos nossos governos, mas a intervenção no Rio, no governo Temer, foi muito mais ampla [do que as ações de GLO anteriores]: as Forças Armadas, praticamente, foram colocadas no lugar do governo do Rio de Janeiro, o governador já não contava para nada. Eu acho que tem que se tomar muito cuidado com o envolvimento das Forças Armadas nessas questões.

Para encerrar, eu quero dizer que estimo muito o legado dos nossos governos na defesa, ainda que muito reste a fazer em temas como as escolas militares, relações destes com os civis etc. Às vezes ouve-se o comentário de que “tem que fazer uma coisa nova”. Sim, é preciso fazer coisas novas, mas não se deve ignorar que muito do que foi feito pode ser aproveitado e desenvolvido, e adaptado, naturalmente, pois as coisas mudam.

Eu tenho uma frase, não sei se é do Hegel, ou alguém que o repete: “o erro é um momento da verdade”¹⁶. Nós temos que chegar lá. Às vezes você não consegue tudo. Eu tive essa experiência pessoal na negociação, sob a orientação do presidente Lula, daquele acordo nuclear com o Irã. Nós fizemos uma proposta, foi rejeitada, e quatro anos depois os Estados Unidos fizeram uma muito parecida. E um colunista – que não era petista, inclusive foi crítico de muitas coisas nossas, mas era um homem que pensava, o Clóvis Rossi, disse: o “acordo do Lula era melhor”¹⁷. Quer dizer, estávamos um pouquinho avançados em relação ao nosso tempo. A mesma coisa com relação à Estratégia, essa questão cibernética, e também na área espacial e a continuidade do programa nuclear. Tudo com esse mesmo espírito, com essa “certa visão” de Brasil como um país autônomo, independente, não só pacífico, mas provedor de paz, e, ao mesmo tempo, ativo, não se curvando a nenhuma potência.

NOTAS

1. Entrevista realizada em 24 de setembro por Isabel dos Anjos. Celso Amorim é diplomata desde 1963, formado pelo Instituto Rio Branco. Foi Ministro das Relações Exteriores de 1993 a 1995 (governo Itamar Franco); ministro das Relações Exteriores de 2003 a 2011 (governo Lula); ministro da Defesa de 2011 a 2015 (governo Dilma). Entre os postos no exterior foi representante permanente junto aos organismos internacionais em Genebra, de 1991 a 1993 e 1999 a 2001, representante permanente junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque de 1995 a 1999, e embaixador em Londres em 2002. É autor de diversos livros sobre política externa e estratégia. (N.E.)

2. Para os conceitos de dissuasão, bem como de cooperação, sugerimos ver a *Estratégia Nacional de Defesa*, cujo texto está reproduzido na íntegra nesta publicação. (N.E.)

3. A Constituição Federal de 1988, no Título V “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, capítulo II “Das Forças Armadas”, cita no artigo 142: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. O texto original que regula a atuação das Forças Armadas

sofreu alteração através das Emendas Constitucionais n. 18, de 1998; E.C. n. 41, de 2003; E.C. n. 77, de 2014. (N.E.)

4.O Projeto do submarino de propulsão nuclear brasileiro (SN-BR) teve início em julho de 2012, no governo da presidenta Dilma, pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), através da Marinha Brasileira, que inclui um acordo para transferência de tecnologia entre Brasil e França. Além disso, o entrevistado também menciona em seus exemplos o Projeto ou Programa FX-2, elaborado durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 com a Suécia, com o objetivo de equipar e modernizar a frota da Força Aérea Brasileira com a compra de aviões-caça. (N.E.)

5.Refere-se à relação com os Estados Unidos. Em março de 2019, apenas três meses após a posse presidencial, Jair Bolsonaro realiza uma visita oficial aos Estados Unidos e pactua novas relações políticas e diplomáticas entre os dois países. Dentre os acordos estabelecidos estavam, por exemplo, a viabilização do uso comercial da Base de Alcântara, no Maranhão, para fins militares do governo estadunidense; fim da exigência de visto para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão no Brasil, acordo sem reciprocidade, portanto desvantajoso para o Brasil; entre outros. (N.E.)

6.AMORIM, Celso. *A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)*. Coleção Política externa brasileira: Fundação Alexandre de Gusmão, vol. 739, 2016. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product_id=786&search=cels+amorim. Acesso em 24 de setembro de 2019. (N.E.)

7.A expressão *soft power*, traduzida como “poder brando” ou “poder suave”, foi cunhada pelo cientista político Joseph Nye no final da década de 1980. O conceito pode ser entendido como a capacidade do Estado ou uma instituição de influenciar e conseguir seus objetivos por meio da persuasão sem que haja nenhum tipo de coerção através da força bruta. No cenário de utilização de força militar ou bruta, o termo cunhado pelo cientista é *hard power*. (N.E.)

8.Edward Snowden, em 2012, revelou à imprensa internacional os programas de vigilância e esquemas de espionagem realizados pelo governo dos EUA. Além da população civil, o governo estadunidense monitorava as conversas da ex-presidenta Dilma Rousseff e de seus principais assessores. (N.E.)

9.Menciona empresas de interesse estratégico nacional. A Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., foi fundada em 1969, e atualmente é uma empresa privada, de capital pulverizado. Suas ações são negociadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). Recentemente, a Boeing adquiriu 80% da divisão de aviação comercial da empresa; A Petrobras, Petróleo Brasileiro S.A., fundada em 1953, é uma empresa estatal de economia mista e de capital aberto, cujo principal acionista é o governo brasileiro, com cerca de 42% do capital social; e por fim cita a Eletrobras, Centrais Elétricas Brasileiras S.A., fundada em 1962, hoje uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o governo federal, com cerca de 41% do capital social. (N. E.)

10.Ver RESOLUÇÃO N. 83, de 21 de agosto de 2019, emitida pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2019. (N.E.)

11.Em março de 2019 foi assinado entre o governo brasileiro e o estadunidense o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que regula o uso do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão, pelo governo dos EUA. Em linhas gerais, foguetes e satélites e outros programas de atividades espaciais produzidos tanto pelo Estado quanto por empresas privadas estadunidenses poderão ser lançados a partir de Alcântara. A contrapartida para o governo brasileiro é o pagamento pelo uso. (N.E.)

12.A Quarta Frota é a frota naval da Marinha estadunidense ativada durante a Segunda Guerra Mundial como estratégia de defesa. Desativada em 1947, foi reativada em 2008, sem comunicação prévia com governos estrangeiros. Os submarinos dessa frota operam no Mar do Caribe, Oceano Atlântico e Pacífico, ao redor da América do Sul e também na América Central. A reativação da frota se deu no contexto de descoberta e extração do pré-sal, descoberto em 2006 e com extração efetiva no ano de 2008. (N. E.)

13.O KC-390 foi desenvolvido no Brasil pela Embraer, com a expectativa de encontrar mercados externos, substituindo o amplamente difundido cargueiro militar Lockheed Martin C-130 Hércules, um avião a hélice criado em 1954. (N.E.)

14.A Operação Ágata é uma ação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) que objetiva proteger a fronteira e divisas terrestres brasileira. A operação integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) iniciado em 2011, durante o governo Dilma Rousseff. (N.E.)

15.“Toute ma vie, je me suis fait une certaine vision de la France”. In: GAULLE, Charles de. *Mémoires*. Ed. Gallimard, 2000.

16.HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2007. (N.E.)

17.O acordo nuclear com o Irã, conduzido pelos Estados Unidos, ocorreu em julho de 2014. O objetivo foi impedir a obtenção de armas nucleares por parte do Irã. No entanto, em 2010 o governo Lula havia tentado um acordo que, conforme a análise mencionada, de Clóvis Rossi, teria sido mais efetivo “o Acordo de Teerã previa, expressamente, o envio de 1.200 quilos de urânio pobremente enriquecido para enriquecimento no exterior, para ser depois devolvido ao Irã preparado a um nível tal que lhe permitiria o uso para fins medicinais, mas impossibilitaria a utilização para fazer a bomba. [...] Era o tipo do acordo capaz de agradar a todos: o Irã teria urânio enriquecido em quantidade e nível suficientes para programas pacíficos, e o Ocidente teria a certeza de que não daria para fazer a bomba.” ROSSI, Clóvis. *O acordo Lula/Irã era o correto, por Clóvis Rossi*. Originalmente publicado na Folha de São Paulo, de acesso restrito, o artigo está disponível em <https://jornalgggn.com.br/internacional/clovis-rossi-acordo-costurado-por-lula-com-ira-era-melhor/>. Acesso em 30 de setembro de 2019. (N.E.)